

FILOSOFIA LITERÁRIA: UMA ENCRUZILHADA ENTRE OS CAMINHOS DE HAROLD BLOOM E RICHARD RORTY

*Heraldo Aparecido Silva*¹

(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

[...] Tens um gênio muito folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, – e este ponto é melindroso...

– Diga.

– Somente não debes empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos céuticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arreentar de riso os suspensórios. Usa a chalaça.

(Machado de Assis).

Este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de filosofia como conversação literária desenvolvida pelo filósofo Richard Rorty. Tal análise parte do pressuposto que tanto a interpretação acerca do pragmatismo americano quanto a compreensão da atividade filosófica propostas por Rorty são feitas sob a égide da literatura. Também procuro mostrar que o conceito de redescrição possui semelhanças com o revisionismo dialético do crítico literário Harold Bloom. Conforme a presente interpretação, embora Rorty suspeite da utilização de métodos filosóficos, ele não hesita em adotar metafilosoficamente, o método literário revisionista de Bloom, inclusive, aplicando-o à filosofia (Malachowsky 2002; Silva, 2008).

¹ heraldokf@yahoo.com.br

O escopo desse estudo não contempla uma minuciosa distinção entre os conceitos de imitação, influência e originalidade, visto que, conforme foi mencionado acima, seu objetivo é explicitar alguns elementos importantes da teoria poética de Bloom que servirão de base para avaliar a leitura poético-literária que Rorty faz da filosofia. No campo da literatura comparada, a imitação é “um contato localizado e circunscrito” ao passo que a influência é “uma aquisição fundamental que modifica a própria personalidade artística do escritor” (Nitrini, 1997, p. 127-128). Nesse caso, um critério utilizado no comparatismo para diferenciar a imitação da influência consiste na identificação do grau de aproximação de um autor dos componentes de uma obra literária. A partir da menor ou maior proximidade com, por exemplo, temas, recursos estilísticos, ideias etc., é possível identificar e distinguir a imitação, a paráfrase e, por fim, a tradução. Assim, se na imitação vários elementos são aproveitados de uma obra, na influência ocorre apenas a “absorção de um ou outro desses aspectos” (Nitrini, 1997, p. 129).

É nesse sentido específico que Rorty sugere ainda que Bloom talvez estivesse disposto ou não se importasse em ampliar a sua idiossincrática noção de poeta para abarcar também os chamados grandes vultos da humanidade. Ele justifica sua posição por intermédio da observação de que todos eles padeceram daquilo que Bloom chama de a “angústia da influência do poeta” (Rorty, 1994, p. 48). Aqui é preciso ressaltar que Bloom utiliza, algumas vezes, a expressão *angústia da influência* como equivalente ao seu complexo ato revisionário sêxtuplo.

Para Bloom, o medo peculiar do poeta, a sua angústia da influência, é que não lhe reste uma obra poética para realizar, que sua voz não seja distinta e relevante e que suas palavras não comuniquem nada além daquilo que seus antecessores e contemporâneos já não tenham dito (Bloom, 2002, p. 199). Rorty amplia essa perspectiva de modo a poder abarcar grandes literatos, cientistas, filósofos e políticos, enfim, pessoas que, assim como os grandes poetas, se revoltaram ou se revoltam nietzschianamente contra a possibilidade de “fracassar em criar” (Rorty, 1994, p. 48). Em tal circunstância, o poeta forte é terreno propício para vicejar a angústia da influência e seu movimento contrário, a apropriação.

Nessa perspectiva, se parecer desmesurado o uso da teoria poética bloomianiana como modelo de interpretação e crítica da filosofia rortyana, é preciso atentar para a convergência do entendimento de Rorty e Bloom no que diz respeito às noções de narrativa e poesia. Em Rorty, a ideia de narrativa está associada à noção de redescrição. O “método filosófico” da redescrição, *grosso modo*, significa recontar, revisar, descrever de uma maneira nova e diferente qualquer objeto em causa (Rorty, 1994, p. 28-30).

Em outra passagem o filósofo neopragmatista afirma ainda que “não há resposta a uma redescrição a não ser uma redescrição” (Rorty, 1994, p. 111). Tal alegação ecoa as palavras de Bloom, quando este diz que o surgimento de poemas está condicionado a outros poemas que também são sempre “respostas a outros poemas” (Bloom, 2002, p. - 147). Em ambos, nota-se a possibilidade de uso de uma considerável variedade de respostas alternativas.

Posteriormente, ao tratar das relações poéticas, Bloom afirma que os poemas se originam a partir de contatos ou encontros *entre poemas*. Finalmente, o revisionismo característico dessas relações depende de um complexo ato crítico, o método da *desleitura*, que permite ao seu usuário (o poeta forte) interpretá-los dialeticamente, ou seja, abordá-los a partir de um processo que envolve seis modalidades de apropriação, distorção e correção (revisão, desvio e redirecionamento).

Antes de Rorty pôr em prática o ato revisionista que denomina de redescrição, Bloom defendeu a necessidade poética de *desinterpretar* os precursores através da reescritura (ou desleitura). A ferramenta crucial para a mudança de sentido é o tropo, um desvio retórico (Bloom, 1992). Na redefinição de Bloom, todo tropo é uma interpretação que constitui “*um erro proposital*” de leitura, “um tipo de falsificação” de escrita, “um engano” deliberadamente praticado pelo poeta forte contra seu modelo poético (Bloom, 2003, p. 107).

No entendimento de Bloom, é a habilidade do poeta posterior que faz da obra alheia uma significação errante, ao distorcer-lhe o significado precursor (Bloom, 1991). Não obstante, para o neopragmatista a questão não é escolher entre a significação e o significado, mas sim abandonar esse vocabulário dualista e conceber o significado de alguma coisa, como o uso que se pretende para essa coisa. De acordo com sua atitude holística, Rorty prefere enfatizar a prioridade de um todo sobre suas partes, numa complexa rede de relações (comportamentais, linguísticas, sociais, culturais, entre outras) na qual o significado provisório de qualquer coisa será sempre relativo ao contexto e aos circunstanciais propósitos humanos.

Nessa perspectiva, em virtude da ausência de qualquer significado permanentemente estável, isto é, na impossibilidade de um ponto fixo, a ideia filosófica de fundamentação e legitimação do conhecimento fica comprometida e, conforme a previsão de Rorty, tal fundacionismo tenderia ao desaparecimento e seria substituído pela conversação transcultural numa *cultura poetizada* ou *literária* (Rorty, 1989; 1994; 2006). Por outro lado, a constância da significação permitiria o aprimoramento dessa conversação entre as várias áreas da cultura através da dinâmica da ressignificação ou redescrição.

A julgar pelas alianças filosófico-literárias que Rorty teceu em seus textos no decorrer dos anos que separam a proposta da noção de filósofo edificante e a proposta da noção de intelectual literário, proponho que a sua derradeira conjectura a respeito seja lida como um tipo intermediário, uma espécie de filosofia literária que pudesse oscilar entre as várias áreas do saber humano, inclusive a contingente sabedoria de vida. Nessa perspectiva, ele próprio observa que é justamente a exposição, às vezes inédita, desses detalhes que capacitam as grandes obras literárias a inspirar, em épocas distintas, inúmeras pessoas que terminam por recontextualizarem e reformularem as suas crenças (Rorty, 1998).

Na presente interpretação da filosofia de Rorty, esse formato intermediário somente seria viável se fosse feito nos moldes da teoria poética e das técnicas de desapropriação de Bloom (Silva, 2008). Em outras palavras, o contexto propício para o entendimento dessa interpretação de Rorty é o literário e não o filosófico. Ler filosoficamente as propostas de Rorty significa retirá-las do contexto literário dos egos imaginários, da sabedoria da incerteza e das hipóteses ontológicas.

Tal contexto passa a ser delineado na medida em que borramos a distinção tradicional entre literatura e filosofia, contestando a suposta supremacia do saber científico-filosófico sobre o saber romanesco. Na realidade, podemos asseverar uma convergência entre os propósitos de ambas as referidas áreas do saber humano se assumirmos a possibilidade do romance ter assumido um propósito originalmente filosófico, caracterizado pela preocupação com o conhecimento. Este propósito teria sido inaugurado pela abrangente filosofia grega antiga e abandonado pela restrigente filosofia europeia moderna. Dessa maneira, na perspectiva kunderiana, toda análise sobre a modernidade que não leve em consideração o romance é lacunar e equivocada, visto que “o fundador dos Tempos Modernos não é somente Descartes, mas também Cervantes” e, também, porque o surgimento do romance está associado a uma idiossincrática exploração dos grandes temas existenciais negligenciados pela filosofia e pela ciência modernas (Kundera, 1988).

Nesse silencioso embate travado entre a filosofia e o romance, a principal diferença ressaltada pode ser assim definida: enquanto que a perspectiva filosófica prioriza o estabelecimento de alternativas, a perspectiva romanesca busca o estabelecimento de relações entre as coisas. Tal desse embate entre a disjunção filosófica e a conjunção romanesca pode ser exemplificado pelas respectivas visões de mundo de Descartes e Cervantes. Enquanto o filósofo francês estabeleceu a subjetividade do ego pensante como fundamento de tudo, o romancista espanhol compreendeu a

exterioridade do mundo como uma miríade de ambiguidades. Por isso, ele teve que confrontar não apenas uma verdade absoluta, mas uma miríade de verdades relativas e contraditórias que são incorporadas “em egos imaginários chamados personagens”, valendo-se somente de uma certeza pluralista e multifacetária, a sabedoria da incerteza (Kundera, 1988, p. - 12).

A sabedoria da incerteza implica numa liberdade de espírito traduzida pela capacidade de suportar a relatividade essencial das coisas humanas, uma disposição constante de encarar frontalmente a ausência de todo e qualquer tipo de absolutismo, seja na forma de um Juiz supremo religioso, de um sistema político totalitário, de um essencialismo metafísico ou de uma suposta superioridade gnosiológica da objetividade científica em relação às outras áreas do conhecimento humano no que tange a descrição da miríade de aspectos componentes da realidade. Em linhas gerais, a sabedoria da incerteza é uma defesa contra a armadilha em que o mundo se transformou.

No âmbito romanesco, na medida em que perspectivamos a realidade dessa maneira, passamos a investigar as possibilidades humanas dentro de tal contexto. Hermeneuticamente, as noções de mundo-armadilha e de homem-possibilidade recebem leituras divergentes e diversificadas. Por isso, cada interpretação sobre a relação entre o real e o humano precisa ser transpassada por uma “hipótese ontológica” (Kundera, 1988, p. - 48). Uma rápida e idiossincrática descrição da tessitura temática predominante no universo literário de alguns grandes expoentes pode servir para tipificar as hipóteses ontológicas: o relativismo em Cervantes, a redenção em Dostoiévski, o fantástico em Kafka, a ironia em Machado de Assis, a política em Orwell, o humano em Shakespeare, o humor em Hasek, a sexualidade em Lawrence, o paradoxo em Carroll, a beleza em Wilde, o extraordinário em Poe, a heteronímia em Kierkegaard e Fernando Pessoa, o horror em Lovecraft etc.

A partir dessa perspectiva podemos compreender que o domínio romanesco é habitado por exceções e não por regras. Assim, é preciso evidenciar a seguinte diferença estrutural fundamental entre a filosofia e o romance: enquanto as reflexões filosóficas são elaboradas no território das afirmações, as reflexões e digressões romanescas são compostas no território do jogo e das hipóteses. Tais características constitutivas situam a filosofia e a arte em sentidos opostos porque, quando os romancistas “exprimem diretamente suas ideias, em seus apontamentos, estas são mais exercícios de reflexões, jogos de paradoxos, improvisações que a afirmação de um pensamento” (Kundera, 1988, p. 72-73). E, ao contrário do que ocorre no discurso filosófico, no discurso romanesco o autor é destituído de

sua primazia assertiva, pois no romance há um nexu inquebrantável entre a reflexão e o ego experimental: toda meditação, afirmação e negação é feita através de personagens. Outra diferença significativa diz respeito ao tratamento conferido aos temas abordados, pois enquanto na filosofia o tema é secundário, no romance ele é subjugante: “é uma interrogação existencial” (Kundera, 1988, p. 77).

Assim, a caracterização de qualquer época não deve ser resultante somente da teorização filosófica, mas também e, principalmente da criação romanesca. O século XVIII, por exemplo, comumente retratado por Rousseau, Voltaire e Holbach, também deve ser pintado pelas cores de Fielding, Sterne, Goethe, e Laclós. Embora a filosofia e o romance tenham partido de premissas opostas, elas travaram indiretamente um grande diálogo na modernidade, pois enquanto a filosofia aliada à ciência concebia o mundo como causalidade, o romance, juntamente com a poesia, concebia o mundo como possibilidade. Por conseguinte, se a filosofia tradicional sempre busca um fundamento que justifique cada ação humana, o romance renuncia a este propósito e nisso reside a sua força. (Kundera, 1988).

Em conformidade com essa linha interpretativa kunderiana, temos a proposta neopragmática de que ao considerar a importância relativa da teoria e da narrativa para as sociedades quando mensuramos as parcelas de bem e mal produzidas tanto por teóricos sociais quanto por romancistas sociais, constataremos que preferiríamos que tivessem existido menos teorias e mais romances. Isto porque no Ocidente nossa consciência e sensibilidade frente aos dramas e tragédias de outras pessoas são devidas mais aos esforços de romancistas como Orwell e Dickens do que aos trabalhos de filósofos como Platão e Marx (Rorty, 1995). De maneira geral, podemos destacar que os romancistas, mais do que os filósofos ou os poetas, são melhores na exposição dos detalhes. E é precisamente a exposição, às vezes inédita, de tais detalhes que capacitam as grandes obras literárias a inspirar, em épocas distintas, inúmeras pessoas que terminam por recontextualizar e reformular as suas crenças e desejos centrais (Rorty, 1998).

É importante destacar que através desta perspectiva, os sistemas filosóficos são redescritos como ferramentas passíveis de serem torneadas para executar funções específicas e, também, a própria tarefa filosófica é redescrita como “uma atividade de seleção e escolha entre os elementos da nossa cultura, exaltando uns e rebaixando outros” (Rorty, 1990, p. 637). Desse modo, o neopragmatista propõe que os filósofos devem *jogar* retoricamente alguns elementos de nossa cultura contra outros elementos culturais porque através deste embate, a utilidade relativa de uns sobre os outros para os propósitos humanos poderá ser melhor explicitada.

Diante do exposto, devemos considerar que fora de tal território literário, a força retórica da filosofia neopragmatista de Rorty diminui consideravelmente.

A retórica é tradicionalmente entendida como o conjunto de técnicas de persuasão através do discurso verbal. O conceito geral de persuasão, por sua vez, envolve três tipos de elementos: convencer (*docere*), comover (*movere*) e agradar (*delectare*). O convencer diz respeito à persuasão lógica, pois se dirige à mente dos interlocutores, através de exemplos e argumentos; o comover, que está relacionado à persuasão afetiva, visa às emoções e sentimentos; e, finalmente, o agradar, é uma persuasão de ordem estética, relativa ao gosto e ao deleite dos ouvintes ou leitores (Tringali, 1988).

Todavia, em relação ao sentido estrito de retórica no âmbito neopragmatista, é preciso mencionar que assim como ele faz com a filosofia, Rorty também não se limita a apenas explorar seus elementos constituintes: muitas vezes ele procura deliberadamente não distinguir suas modalidades de aplicação e, em outros casos, ele amplia consideravelmente sua significação original ou tradicional. Nessa interpretação contextualista, tanto a sedução da retórica quanto a racionalidade da lógica são consideradas como tipos de persuasão: a diferença é que a última seria apenas de um tipo menos violento. A persuasão e a força são duas formas de exercício de poder, sendo a primeira sempre preferível à segunda. Sua esperança reside na ideia de que um dia todo exercício de poder se resuma à prática da persuasão (Rorty, 1988; 1994).

Nessa perspectiva, é importante lembrar também que o processo de filosofar não é dogmático, pois admite diferentes estilos de expressão textual, tais como o diálogo, o ensaio, o aforismo, a carta, o tratado, o poema e a confissão (Marcondes; Franco, 2011). Assim, embora a maior parte dos filósofos que tenham feito uso de fragmentos poético-filosóficos sejam pré-socráticos, alguns filósofos contemporâneos também fizeram uso da poesia e de poetas como exemplos de atividade criativa ou de expressão de novos pensamentos (Prado Júnior, 2000; Baggini; Fosl, 2008). Nietzsche escreveu um de seus mais famosos livros, o *Assim falou Zaratustra*, na forma de uma extensa poesia. Heidegger, por sua vez, em diversas vezes, conectou suas investigações filosóficas com aquilo que ele chamava de dizeres essenciais de alguns poetas como Hölderlin e Rilke (Cicero, 2012). Além disso, filósofos como Rousseau, Diderot e Voltaire também escreveram romances filosóficos influentes: respectivamente, *Emílio*, *O sobrinho de Rameau* e *Cândido*.

Do ponto de vista filosófico, é possível considerar, por exemplo, que a filosofia rortyana esconde algum tipo de ceticismo. Todavia, avaliar

o mundo a partir dos modos (tropos) de argumentação dos céticos é dar margem ao subjetivismo e ao relativismo. E também, ainda na perspectiva filosófica, a sugestão de que o indivíduo pode realizar seus propósitos mediante a modificação do objeto em causa (seja uma ideia, pessoa ou fato) através da redescrição e com isso convencer seus interlocutores a modificar suas ações ou comportamento linguístico é o tipo de efeito que a persuasão sofisticada conseguia causar. Por isso, a argumentação de Rorty migra do campo da filosofia para o campo da literatura.

Para levar adiante a metáfora da trajetória do neopragmatista, é preciso ressaltar que, ao fazer a transposição, Rorty colocou na sua caixa de ferramentas, os tropos revisionários do modelo bloominiiano para a crítica prática (Bloom, 2003, p. - 117), mas ficou tentado a cruzar a linha divisória novamente para usá-las no campo estritamente filosófico. Assim, não é somente Rorty que usa algumas ideias e técnicas de Bloom, mas a sua própria proposta filosófica necessita ser abarcada pela desleitura: visto que fora dela, a posição de Rorty enfraquece e dentro dela, qualquer tema pode ser interpretado de uma maneira alternativa, errada e forte. Todavia, essa inversão não é totalmente favorável a Rorty porque tal como ocorre nos relatos mítico-poéticos, o poder se esvanece quando as regras não são devidamente observadas: a ação dos (tropos) não é tão eficaz do outro lado da linha.

Neste aspecto, o que se critica aqui, não é a apropriação filosófica, e tampouco o fato da interpretação rortyana acerca da tradição pragmatista atuar como um crítico externo, mas reivindicar uma recepção destinada aos críticos internos (Malachowsky, 2002). É nesse sentido que a auto-descrição pragmatista de Rorty é questionada: espera-se que sua crítica seja equivalente a de um crítico interno do pragmatismo, mas como sua crítica não respeita os acordos fundamentais da tradição pragmatista, ela é considerada externa, ou pior, um “pragmatismo vulgar” (Haack, 1995, p. 126-147). Desse modo, um membro de uma tradição filosófica pode atuar tanto como crítico interno quanto externo, desde que sua argumentação seja racional, isto é, norteadada pelos padrões de justificação racional da sua própria tradição ou de tradições rivais (Bernstein, 1997).

Entretanto, nem sempre a crítica rortyana pode ser lida dessa forma. Como disse anteriormente, às vezes, Rorty se afasta do campo filosófico e sua crítica é feita a partir do campo literário: ao invés de argumentar racionalmente contra um sistema filosófico, Rorty tenciona persuadir retoricamente a abandonar os termos da discussão. Assim, como defendo nesse estudo, há momentos em que a crítica revisionista rortyana assume uma configuração que é principalmente retórica, persuasiva e, no extremo, se torna uma apropriação literária no molde bloominiiano.

Bibliografia

- Assis, Machado de. *Os melhores Contos de Machado de Assis*, 2ªed. São Paulo: Global, 1985.
- Baggini, Julian; Fosl, Peter S., *As ferramentas dos filósofos: um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos*, Trad. Luciana Pudenzi, São Paulo: Loyola, 2008.
- Bernstein, Richard, Pragmatism, Pluralism, and the Healing of Wounds, In: Menand, L. (ed.). *Pragmatism*, New York: Vintage, 1997, pp. 382-401.
- Bloom, Harold, *Cabala e Crítica*, Trad. Monique Balbuena, Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- *Poesia e Repressão*, Trad. Cillu Maia, Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- *A angústia da influência*, 2. ed. Trad. Marcos Santarrita, Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- *Um mapa da desleitura*, 2. ed., Trad. Thelma M. Nóbrega, Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- Cicero, Antonio, *Poesia e filosofia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- Haack, Susan, Vulgar Pragmatism: An Unedifying Prospect, In: Saatkamp Jr., H. J. (ed.). *Rorty & Pragmatism: The Philosopher Responds to his Critics*, Nashville/London: Vanderbilt University Press, 1995, pp. 126-147,
- Kundera, Milan, *A arte do romance – (ensaio)*, Trad. Teresa B. C. da Fonseca e Vera Mourão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- Malachowski, Alan, *Richard Rorty*, Oxford: Princeton University Press, 2002.
- Marcondes, Danilo; Franco, Irley, *A filosofia: o que é? Para que serve?* Zahar: Rio de Janeiro, 2011.
- Nitrini, S., Influência, imitação e originalidade, In: *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*, São Paulo: EDUSP, 1997, pp. 126-157.
- Prado Júnior, Bento, *Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Rorty, Richard, *Philosophy and the Mirror of Nature*, Oxford: Blackwell, 1989.
- Truth and Freedom: a reply to Thomas McCarthy, *Critical Inquiry*, v. 16, pp. 633-643, 1990.
- *Contingência, Ironia e Solidariedade*, Trad. Nuno Ferreira da Fonseca, Lisboa: Presença, 1994.
- Heidegger, Kundera, and Dickens, In: *Essays on Heidegger and others – philosophical papers 2*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 66-84.
- The Inspirational Value of Great Works of Literature, In: *Achieving our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America*, Cambridge: Harvard University Press, 1998. pp. 125-140.
- O declínio da verdade redentora e a ascensão da cultura literária, Trad. Heraldo Aparecido Silva, In: *Ensaio Pragmatistas: sobre subjetividade e verdade*, Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 77-103.

Silva, Heraldo Aparecido, *O pêndulo entre a filosofia fundacionista e a cultura literária: uma interpretação da filosofia de Richard Rorty a partir da teoria poética de Harold Bloom*, São Carlos-SP: UFSCar, 2008. (Tese de Doutorado em Filosofia).

Tringali, Dante, *Introdução à Retórica: a retórica como crítica literária*, São Paulo: Duas Cidades, 1988.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a filosofia de Richard Rorty a partir da teoria poética de Harold Bloom. Mostro que a redescrição, o principal expediente usado por Rorty ao tratar da filosofia, do pragmatismo e da cultura, pode ser interpretado como desleitura, um recurso literário revisionista que implica em apropriação (revisão), distorção (desvio) e correção (redirecionamento). Finalmente, proponho uma encruzilhada entre os caminhos de Bloom e Rorty, uma conversação entre a crítica literária bloomianiana e a filosofia rortyana: a *filosofia literária*.

Palavras-chave: Neopragmatismo – Desleitura – Redescrição – Filosofia – Teoria Poética

ABSTRACT

Literary Philosophy: A Crossroads Between Paths Of Harold Bloom And Richard Rorty

The aim of this article is to analyze the philosophy of Richard Rorty through the poetic theories of Harold Bloom. It is shown that redescription, the primary means by which Rorty addresses philosophy, pragmatism and culture, can be interpreted as misreading, a revisionist literary tool that implicates appropriation (revision), distortion (deviation), and correction (redirection). Finally, I propose a crossroad between the paths of Bloom and Rorty, a conversation between the Bloomian literary criticism and the Rortyan philosophy: the *philosophy as a literary conversation*.

Keywords: Neopragmatism – Misreading – Redescription – Philosophy – Poetic Theory